

DIÁRIO OFICIAL

INSTRUÇÃO Nº 007/2011

Orienta os órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, quanto aos procedimentos licitatórios e contratações de serviços terceirizados de copa e cozinha.

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "h", inciso I, art. 22 do Decreto estadual nº 12.431, de 20 de outubro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 13, do Decreto estadual nº 12.366, de 30 de agosto de 2010, e da Instrução nº 05, de 05 de abril de 2011, retificada pela Instrução nº 06, de 20 de abril de 2011, resolve expedir a seguinte

INSTRUÇÃO

1. Os órgãos da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, que compõem a administração direta, observarão as disposições desta Instrução e a legislação em vigor para as licitações e contratações dos serviços terceirizados de copa e cozinha.

1.1 As autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista poderão adotar os procedimentos desta Instrução, desde que a contratação pretendida limite-se aos serviços complementares, vedado o trespasse à execução indireta das atividades próprias, típicas e fundamentais, sobretudo àquelas inerentes ao poder de polícia, bem assim as que decorram do exercício de atribuições legalmente estabelecidas para os seus cargos e empregos, exceto, nesta última hipótese, quando se tratar de cargo cuja desnecessidade tenha sido declarada por Lei.

2. O serviço de copa e cozinha compreende as atividades relativas ao preparo de alimentos e a sua distribuição, inclusive a seleção de insumos, além da limpeza dos locais de trabalho, utensílios e equipamentos utilizados, dentre outras tarefas de natureza correlata.

2.1 Os serviços disciplinados por esta Instrução devem ser executados por profissionais que possuam qualificação técnica compatível com as atividades que lhe forem incumbidas, sob inteira responsabilidade da contratada, que deve orientá-los quanto às suas obrigações e afazeres.

2.2 Os serviços devem ser executados em conformidade com as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio-ambiente que regulamentam a atividade, em especial as editadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

3. Os serviços de copa e cozinha devem ser executados por meios dos seguintes Postos de Serviços:

3.1 Serviços de Copa:

3.1.1 Posto de Serviço de Garçom - serve alimentos e bebidas.

3.1.2 Posto de Serviço de Copa – exerce atividades de copeiragem, tais como: preparar e servir bebidas (café, chá, suco), lanches, pequenas refeições; proceder ao aquecimento de alimentos; operar

eletrodomésticos e outros equipamentos e utensílios; lavar, manualmente ou por meios mecânicos, louças, talheres e utensílios; receber e examinar o material destinado à preparação de alimentos e de bebidas e os acondicionar em recipientes adequados; manter e zelar pela conservação dos equipamentos e utensílios utilizados; efetuar o controle do material existente no setor, discriminando-o por peças e respectivas quantidades, para manter o estoque e evitar extravios; executar os serviços de limpeza e conservação da copa; zelar pela ordem, higiene e segurança no ambiente de trabalho; executar outras atividades correlatas.

3.2 Serviços de Cozinha:

3.2.1 Posto de Ajudantes de Cozinha – auxilia no pré-preparo, preparo, processamento de alimentos e montagem de pratos, em conformidade com o cardápio previamente definido pelo contratante.

3.2.2 Posto de Serviço de Cozinha – elabora o pré-preparo, o preparo, finalização de alimentos e bebidas, desde a fase de seleção de ingredientes, misturas e cozimento, em conformidade com o cardápio previamente definido pelo contratante.

3.2.3 Posto de Merendeira – executa atividades inerentes ao preparo e distribuição de merendas, em conformidade com o cardápio previamente definido pelo contratante, selecionando alimentos e distribuindo-os aos comensais, exclusivamente para atender ao programa alimentar de estabelecimentos educacionais e correlatos.

4. Competirá à Secretaria da Administração decidir sobre os casos omissos nesta Instrução.

5. Esta Instrução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Instrução nº 20/2010, publicada no DOE de 21 de dezembro de 2010.

Salvador, 02 de maio de 2011.

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO
Secretário da Administração